

PRECARIEDADE E TRABALHO SAZONAL NO AGRONEGÓCIO: TRABALHADORES SOB O CONTRATO DE SAFRA NO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO – MG

PRECARIOUSNESS AND SEASONAL WORK IN AGRIBUSINESS: WORKERS UNDER CONTRACT FOR HARVEST IN THE SÃO GOTARDO CITY – MG

Pedro Henrique Alves Batista¹

Marilene de Souza Campos²

RESUMO:

Os atuais padrões de conduta política e social sofreram fortes alterações no que diz respeito ao processo de globalização dos mercados comerciais e de trabalho. Aumentaram postos de trabalho, porém em padrões completamente desproporcionais de uma região pra outra ou mesmo de uma área pra outra. Sendo assim, os deslocamentos territoriais passaram a ser elementos mais frequentes nos processos produtivos no que se refere à força de trabalho utilizada. Autores diversos (ANTUNES, 2000; HARVEY, 1989; CASTEL, 1998), apontam para uma precarização ou flexibilização das relações de trabalho ao lado das transformações que caracterizam a Terceira Revolução Industrial. Por flexibilização e precarização, como denominador comum, os autores entendem perdas ou reduções dos direitos sociais e do trabalho. Neste estudo, analisamos as condições do trabalho sazonal no agronegócio do Alto Paranaíba, focando o contrato de safra, praticado quase exclusivamente com trabalhadores rurais migrantes. Analisamos se se pratica ou não flexibilização ou precarização das relações de trabalho na modalidade contrato de safra desenvolvido como modalidade de contrato de trabalho sazonal. Busca-se estabelecer critérios palpáveis de análise da mão de obra migratória atualmente residente no município de São Gotardo em Minas Gerais. Uma vez que o município tem a economia voltada ao agronegócio, a existência de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais atuante no município e em outras cidades da região fomentou as fontes de pesquisa e instigou a obtenção de resultados concretos e que darão margens a novos estudos dentro da região do Alto Paranaíba.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do trabalho; Exploração da mão de obra; Flexibilização da força de trabalho.

ABSTRACT:

Current patterns of political and social behavior experienced sharp changes in regards to the process of globalization of trade and labor markets. Increased jobs, but in completely disproportionate patterns from one region to another or even from one area to another. Thus, the territorial displacements have become more common in production elements with respect to the work force used processes. Several authors (ANTUNES, 2000; HARVEY, 1989; CASTEL, 1998), point to an instability or flexibility of labor relations side of the transformations that characterize the Third Industrial Revolution. For flexibility and precariousness, as a common denominator, the authors believe losses or reductions in social and labor rights. In this study, we analyze the conditions of seasonal work in agribusiness Alto Paranaíba, focusing on contract harvest, practiced almost exclusively with migrant farm workers. Analyze whether

¹ Graduado em Administração pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2954873075967440>.

² Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, com período sanduíche na Università degli Studi di Torino PRINCIPALE. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2307841968343242>.

| | | |
|---|--|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

or not practiced relaxation or casualization of labor relations in the form of crop contract developed as a form of seasonal employment contract. Seeks to establish tangible criteria for analyzing the hand of migratory work currently residing within the city of St. Gotthard in Minas Gerais. Once the council has focused on agribusiness economics, the existence of an active Union of Rural Workers in the county and other cities in the region fostered research sources and instigated the achievement of concrete results and margins that will give the new studies within the Alto Paranaíba region.

KEYWORDS: Precarious work; Exploitation of labor; Flexible workforce.

1 – INTRODUÇÃO

O que vemos atualmente é uma tentativa de renovação da agricultura capitalista, baseada no aumento produtivo, visando à geração de riqueza, o que acarreta segundo Mendonça e Thomaz Júnior (2004, p. 99) “progresso e desenvolvimento que se materializam mediante as demandas do capital, portanto, progresso *do* capital e *para* o capital”. Porém, esse desenvolvimento não culminou na solução dos problemas socioeconômicos e políticos e sim na ocupação racional e indiscriminada como reforço do poder político e econômico. Mediante uma análise prévia, a atual diferenciação entre os latifúndios de outrora e o agronegócio atual se dá na simples observação de que, enquanto um era demasiado improdutivo o outro se mostra intensamente produtivo.

A agricultura capitalista [...] não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país (FERNANDES, 2011, p. 2).

A supremacia do agronegócio permanece intacta devido a sua excelência em produção, impossibilitando a não ocupação da terra e afetando diretamente a mão de obra rural. Fernandes (2011) observa que o agronegócio implica no aumento da desigualdade de forma “protegida” por essas escalas sociais. Mesmo porque a concentração do poder, da riqueza e do território, assim como a apropriação estratégica do montante da produção agrícola e pecuária nacional, marginalizam a Agricultura Familiar e os Pequenos Proprietários Rurais e acabam absorvendo grande percentual do crédito agrícola (GUANZIROLLI, 2007, MENDONÇA e THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Para Mendonça e Thomaz Júnior (2002) a perspectiva analítica que enfoca o agronegócio para explicar o processo de desenvolvimento rural e

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

modernização da agricultura avalia todas as entidades rurais de forma homogênea, reduzindo o impacto das formas produtivas sobre as relações sociais, organizações sociais e distribuição de terras. Segundo eles isso acontece por causa da grande intensificação da concentração da propriedade de terras devido à modernização da agricultura, a qual denominam “modernização conservadora³”, e que provocou o êxodo das famílias camponesas para as cidades, muitas vezes sem as mínimas condições de subsistência.

Notadamente a reestruturação da produção pelo capital desencadeou algumas modificações no processo de acumulação do mesmo, principalmente no que se diz respeito às relações de trabalho, o que acabou exercendo grande impacto na classe trabalhadora.

Antunes (2000) refere-se à natureza destrutiva do capital como precursora da tendência decrescente do seu valor de uso, o que afeta diretamente a força de trabalho empregada. O trabalho precário e flexível está diretamente relacionado com as conquistas trabalhistas e sociais feitas pelos movimentos sindicais durante o fordismo e que foram perdidas com a globalização. No entanto, com a reestruturação do capitalismo, surgem novas formas de trabalho assim como o part-time (tempo parcial, temporário – o contrato de safra é um deles e é fruto da globalização na agricultura que associou novas tecnologias à produção de escala) que é o foco dessa pesquisa.

Aliado à “modernização da agricultura⁴”, a maior utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas como forma de aumento da produtividade acabou por maximizar também a exploração da mão de obra. Faz-se necessário perceber através dessas contradições que o capital, o trabalho e a relação de ambos possuem diferentes leituras e devem ter diferenciadas as suas manifestações. Os períodos de safra, onde o trabalhador rural presta serviço em um período de tempo relativamente curto, o que os impossibilitam de estabelecer residência, são fatores que agravam a precarização do trabalho rural.

³Convencionou-se chamar de modernização conservadora ao processo de adoção de mecanização agrícola e novas tecnologias no campo acompanhado de concentração fundiária e de expulsão dos trabalhadores do campo.

⁴Trata-se de um processo de industrialização do campo sem a realização de uma reforma agrária (Abramovav, 2007; Veiga, 2007).

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

O presente tem finalidade descritiva e arrisca-se a alguma intervenção explicativa, ou seja, de qualificar quem são os trabalhadores migrantes e contratados sobre o regime safrista que se fixaram em São Gotardo em função do trabalho na agricultura, identificando-lhes as características de vida e trabalho antes e depois do processo migratório. Fique entendido por precarização e flexibilização do trabalho a perda de direitos sociais implicada nas novas formas de trabalho que surgem com a reestruturação produtiva, tais como trabalho temporário que implica perdas em relação ao trabalho por tempo indeterminado, consideramos o aumento do tempo de aposentadoria, aposentadoria por tempo de serviço e outras modalidades de intervenção, perdas em relação ao assalariamento como conquistado pelo movimento sindical no fordismo. Entende-se que o contrato de safra, como uma hipótese, representa uma piora da qualidade de vida e do trabalho em relação ao contrato por tempo indeterminado.

2 – O AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

O Brasil é um país com a economia fortemente voltada para o negócio do campo e o desenvolvimento da agricultura ocorre de maneira cíclica, quanto aos aspectos naturais, incorporando novas tecnologias, inclusive ao nível da informação⁵. Já o trabalho tem seu surgimento associado à agricultura de subsistência, mas atrela-se ao agronegócio a partir da produção voltada para o mercado, seja sob a forma de agricultura familiar, seja sob a forma de assalariamento ou do trabalho flexível ou temporário. Na agricultura, a sazonalidade de algumas modalidades de trabalho rural implica em precarização, no sentido que se caracteriza constitutivamente pela falta de estabilidade com os contratos de safra, guardando semelhanças com as novas formas de trabalho temporário. Entretanto, formas de regulamentação do trabalho sazonal emergem com características semelhantes e com outras diferenciadas ao trabalho assalariado formal, contrapondo lutas sociais organizadas e agronegócio.

⁵ Segundo o estudo produzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2011, o agronegócio representa mais de 22% do PIB brasileiro.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

Segundo Fernandes (2011), o agronegócio de hoje tem suas raízes no antigo sistema *plantation*, no qual o cultivo de grandes propriedades passou a ser prática comum com a finalidade de exportação. A nova forma de lidar com o negócio do campo vem sofrendo algumas adaptações e consecutivas modificações, tudo isso com a finalidade de se diferenciar dos velhos latifúndios. Isso acontece pelo fato de que estes eram sinônimos de exploração do trabalho e estavam fortemente associados a terras improdutivas.

Inúmeras mudanças (facilidade de acesso às informações, abertura do mercado internacional, entre outras) vêm ocorrendo no cenário mundial devido à globalização do sistema produtivo. Essa reestruturação produtiva provoca alterações nas mais variadas matrizes de atuação, sejam elas em nível social, econômico, político ou cultural, atingindo assim uma grande parcela da sociedade que está diretamente relacionada com o mercado de atuação.

Tamanha reestruturação também pode ser identificada no trabalho do campo através do emprego cada vez maior de ciências e técnicas específicas, da utilização de máquinas e equipamentos sofisticados de plantio, irrigação, adubação e colheita, assim como a própria obtenção de informações por meio de softwares e redes informatizadas.

O resultado da globalização no agronegócio pode ser observado no aumento da produção agrícola em quantidade produzida com relação à superfície plantada. Segundo Mondrado (2010), a globalização no campo é vista como a agricultura científica com fortes impactos na produção agrícola, assim como nas suas relações. No entanto, essas novas características impostas pela globalização em benefício da produtividade, que segundo Aoun e Torquato (2012) desenvolvem o agronegócio, não estabelecem de acordo Antunes (2000) essa mesma efetividade em desenvolvimento da mão de obra como um todo.

Baseado nessas especificações torna-se perceptível que o “território mais capacitado contribui para o desenvolvimento de mudanças organizacionais da produção” (VERDI, AOUN e TORQUATO, 2012), sendo assim, induz ainda mais a expansão da relação capitalista devido à maior mobilidade de capital.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

3 – O AGRONEGÓCIO E O PLANO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO DO ALTO PARANAÍBA - PADAP

O começo das atividades agropecuárias aconteceu a partir do momento em que o potencial produtivo do solo passou a ser percebido. Durante anos, as atividades agropecuárias funcionaram dessa forma, extraindo da natureza o que ela oferecia espontaneamente.

Com a fixação do homem à terra, formando comunidades, surgem organizações as mais diferenciadas no que se refere ao modo de produção, tendendo à formação de propriedades diversificadas quanto à agricultura e à pecuária. Os trabalhadores eram versáteis, aprendendo empiricamente e executando múltiplas tarefas, de acordo com a época e a necessidade (ARAÚJO, 2007, p.14).

As atividades evoluíram com o passar do tempo, mas a maioria da população era predominante rural e suas produções eram altamente flexíveis, produziam de tudo em uma única propriedade. Isso acontecia pela falta de infraestrutura de transporte e pela falta de técnica de conservação e manuseio dos produtos. “Esses acontecimentos não se referem a passados muito longínquos. Eles aconteceram até há menos de cinco décadas” (ARAÚJO, 2007, p.14).

A evolução da economia e da sociedade mudou totalmente o antigo sistema agrícola, principalmente nas últimas cinco décadas devido ao êxodo rural e principalmente ao avanço da tecnologia. Essas situações provocaram grandes alterações nos níveis produtivos agropecuários. Essa nova perspectiva, segundo Araújo (2007) fez com que as propriedades rurais fossem perdendo sua autossuficiência, dependendo cada vez mais de insumos e serviços que não aqueles próprios, tendo uma necessidade imediata de se especializar em determinadas atividades. Hoje sim se pode dizer que as atuais propriedades rurais em território nacional estão ganhando mercado mesmo diante da globalização e da internacionalização da economia.

Sendo assim, a agricultura “já não se trata de propriedades autossuficientes, mas de todo um complexo de bens, serviços e infraestrutura que envolve agentes diversos e interdependentes” (ARAÚJO, 2007, p.16). Já a utilização do termo agronegócio veio a partir dos anos 1970 sendo adotada no Brasil a partir de então em livros textos e jornais e com o sentido voltado para as atividades e

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

transações envolvidas desde a produção dos insumos até a comercialização do produto agropecuário *in natura* ou industrializado.

A partir dessa evolução, passaram a serem implantados alguns projetos de colonização do cerrado brasileiro, com o auxílio do governo através de políticas subsidiárias, de custeio, investimento, comercialização e preços mínimos. Em Minas Gerais, o precursor foi o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), que teve como ano início de sua implantação 1973, sendo a partir de então o primeiro projeto de colonização do cerrado no estado e servindo como referência principal para outros projetos. Os seus domínios abrangem os municípios mineiros de São Gotardo, Rio Paranaíba, Campos Altos e Ibiá, como mostra a Figura 1.

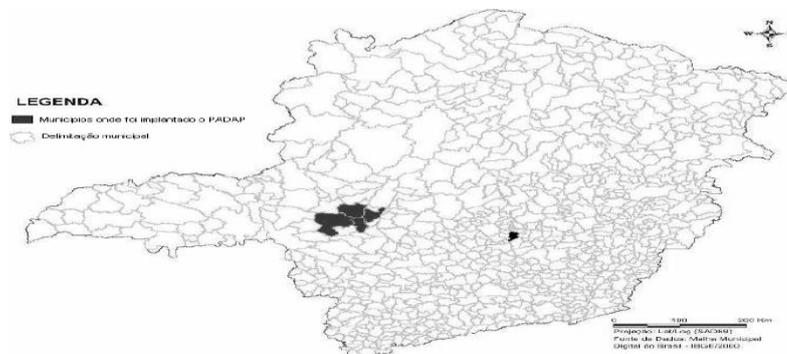


Figura 1 – Municípios onde foi implantado o assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP). Fonte: Santos, *et al.* (2010, p.11).

Sua implantação foi decorrente da desapropriação de uma área de aproximadamente 600 km² entre esses municípios citados anteriormente. “A existência de um grande latifúndio na região, com mais de 200 km² justificou a utilização pelo governo de instrumentos de reforma agrária para desapropriar a terra que seria utilizada” (SANTOS, *et al.* 2010). O verdadeiro interesse por essa região se identifica justamente em suas características específicas onde França (1984, *apud* SANTOS, *et al.* 2010, p.12) identifica a posição estratégica entre os mercados consumidores nacionais, a topografia favorável à utilização de máquinas agrícolas e as condições adequadas de infraestrutura de energia e transporte como fatores diferenciais para o sucesso do projeto. O território foi distribuído predominantemente entre colonos de ascendência nipônica, vinculados à Cooperativa Agrícola de Cotia. As terras medindo de duzentos e cinquenta a quinhentos hectares destinados para o

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

plântio de grãos e de cenoura, assim como batata, alho, dentre outros. É para trabalhar nestas lavouras, que hoje estão controladas por agronegócios que agrupam produtores diversos, que os trabalhadores rurais migram para a região.

4 – RESULTADOS

São Gotardo é uma cidade da região do Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais que possui cerca de 32.000 habitantes (IBGE, 2013) e que possui no cerrado um bioma que favorece a produção agrícola municipal. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do município era de origem agropecuária. Enquanto no estado de Minas Gerais esse índice não chegava a 10% e no Brasil o índice se igualava a 5,7%.

| | São Gotardo | | Minas Gerais | | Brasil | |
|---------------------|-------------|---------|--------------|---------|---------------|---------|
| Agropecuária | 85.487 | 21,63% | 15.568.048 | 9,31% | 105.163.000 | 5,71% |
| Indústria | 42.193 | 10,68% | 54.306.168 | 32,47% | 539.315.998 | 29,27% |
| Serviços | 267.457 | 67,69% | 97.398.820 | 58,23% | 1.197.774.001 | 65,02% |
| Total | 395.137 | 100,00% | 167.273.036 | 100,00% | 1.842.252.999 | 100,00% |

Tabela 1 – Valor adicionado ao PIB (Unidades x Frequência). Fonte: IBGE (2013)

Ainda podemos destacar a representatividade da população residente no município em função de seu local de nascimento conforme ilustra a Tabela 2.

Percebe-se então que a margem da população migrante por região em São Gotardo é bem maior que nos demais municípios da região do PADAP, sendo cerca de 14% da população total do município (4.539 habitantes). Com destaque para a região nordeste que é representada em São Gotardo por mais de 73% dos migrantes identificados nos seus domínios, percentual este inferior apenas aos 86% identificados no município de Campos Altos.

| Região | São Gotardo | | Campos Altos | | Ibiá | | Rio Paranaíba | |
|-----------------------------------|-------------|---------|--------------|---------|--------|---------|---------------|---------|
| | 31.819 | 100,00% | 14.206 | 100,00% | 23.218 | 100,00% | 11.885 | 100,00% |
| Brasil (sem especificação) | 57 | 0,18% | 6 | 0,04% | 153 | 0,66% | 18 | 0,15% |
| País estrangeiro | 78 | 0,25% | 14 | 0,10% | 39 | 0,17% | 8 | 0,07% |
| Centro-Oeste | 444 | 1,40% | 60 | 0,42% | 287 | 1,24% | 193 | 1,62% |
| Nordeste | 3.338 | 10,49% | 984 | 6,93% | 522 | 2,25% | 514 | 4,32% |
| Norte | 82 | 0,26% | 16 | 0,11% | 28 | 0,12% | 5 | 0,04% |
| Sudeste | 27.280 | 85,73% | 13.071 | 92,01% | 22.076 | 95,08% | 11.010 | 92,64% |
| Sul | 540 | 1,70% | 55 | 0,39% | 112 | 0,48% | 137 | 1,15% |

Tabela 2 – População Residente por Local de Nascimento (Unidades x Frequência). Fonte: IBGE (2013)

Esses números demonstram o tamanho da força que o agronegócio tem para esse município. No entanto desde o início dos latifúndios em meados da década de 1970 conforme demonstra Pessoa (1999), a população do município passou a demonstrar maior interesse pelo trabalho urbano que no trabalho do campo. A partir de então deu-se a implantação do PADAP no município e região. E desde que “em São Gotardo houve uma mudança de estruturas quase feudais de [...] agricultura tradicional para uma dinâmica de produção agrícola capitalista” (PESSOA, 1999, p.313) o novo caráter de policultura fez com que a mão de obra rural no município se tornasse cada dia mais escassa. Sendo assim, a antiga e tradicional “família rural” começou a se desfazer, transformando o cenário rural e a economia do município.

Isso se deu quando a sociedade moderna começava a exigir sua quota de consumismo de que nosso agricultor tradicional não tinha condições de participar. Mas a sociedade, a família exigia esse consumismo. A solução para os pequenos e médios produtores para seguirem essa nova exigência social capitalista foi vender suas pequenas propriedades, de pequena produtividade e alistarem-se aos boias-frias no trabalho agrícola capitalista. Todos se mudaram para São Gotardo, para a cidade. Viam nesse modo de produção para a agricultura industrial maiores possibilidades na mitigação ou amainamento de sua pobreza (PESSOA, 1999, p.314).

Assim começa a alienação da propriedade no município, isso sem falar na marginalização do pequeno proprietário e da consecutiva exploração de sua mão de obra. A utilização da mão de obra migrante veio logo em seguida devido à necessidade de diminuir custos e à revolta do camponês local com as novas imposições do mercado agrícola.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

As leis trabalhistas que foram promulgadas em torno de 1940, agora estendidas ao campo, à lavoura tradicional, que vieram proteger os empregados fixos, foram e continuam sendo motivo para uma grande onda de desemprego na zona rural tradicional, mais pobre. Passou-se a produzir apenas com trabalhadores diaristas, contratados nas vizinhanças e nos lugarejos próximos. É a mão de obra temporária, agora não dirigida pelos patrões, mas pelos agenciadores de trabalhadores braçais chamados 'gatos', que leva como consequência à ruína do paternalismo (PESSOA, 1999, p.316).

A partir daí nota-se então uma necessidade grande de representação dessa categoria, que muitas vezes se encontra marginalizada e submetida a critérios de ética duvidosa de administração, deixando claro que não há generalizações. Para tanto foi instituída uma unidade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) para tomar conta da categoria.

5 – A AÇÃO SINDICAL E A CATEGORIA RURAL DE SÃO GOTARDO

A ação sindical é a principal forma de representação de minorias excluídas de determinado contexto social. Esse abandono é o que sugere um caráter autônomo frente à sociedade política e às estruturas formais de representação e por isso a sindicalização da categoria é tão importante para diminuir a precarização da força de trabalho dessa classe.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi instituído em São Gotardo em 1999 (até então funcionava como subsede do município de Patos de Minas) e representa também a categoria rural nos municípios de Tiros e Matutina, cidades também da região do Alto Paranaíba em Minas Gerais. Para que fosse possível a implantação do STR no município foi essencial o auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). A atual presidência atua desde 2008 e relata que enfrentou diversas situações de impasse na administração, como dívidas do sindicato com os funcionários, falta de recursos financeiros, falta de local de trabalho apropriado. Depois de um intenso trabalho de preparação e planejamento o STR, segundo a liderança, passou a mobilizar os trabalhadores rurais por meio de assembleias, porém, inicialmente, o resultado não foi bem o esperado. O sindicato tem-se mostrado ativo segundo relato dos trabalhadores e também das queixas patronais.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

A liderança retrata os trabalhadores chamando atenção para a baixa escolaridade e o impacto disso no confronto da organização sindical, a falta de conhecimento dos trabalhadores rurais frente aos órgãos de representação é verificada nessa categoria. “Eles são bons pra pedir dinheiro, mas se eu preciso de receber demora quase um mês pra eles ‘fazê’ os chefe pagar⁶”. Vêm, então, pessoas de fora para serem utilizadas como mão de obra. Sendo assim o STR encontra-se diante de outras questões problemáticas como: falta de espaço físico para acomodação do pessoal, excesso de pessoas morando na mesma residência, exploração abusiva da força de trabalho e trabalho escravo.

Vem a mão de obra de fora, não tem espaço suficiente para poder estar comportando tantas pessoas. Aí o que acontece? Acontece igual ali em Guarda dos Ferreiros que a gente teve uma denúncia, eu fui lá averiguar, o Ministério Público veio. Tinha mais de trinta famílias numa casa só. Tinha mulheres e crianças dormindo juntas, sabe? O problema que eu vejo aqui em São Gotardo é a falta da mão de obra⁷ (Rose, presidente do STR).

São fatores como esse que demonstram a marginalização do trabalho braçal no campo e caracterizam sinais de precariedade dessa força de trabalho. No entanto, esses podem ser alguns casos extremos, pois as queixas básicas dos trabalhadores rurais continuam sendo as de causa trabalhista, assim como questões salariais e contratuais. A entrevistada X2 relata: “Uma vez minha vizinha ‘tava’ trabalhando no café e ficou gripada e teve que sair, mas o patrão dela não queria pagar a produção certa dos dias que ela trabalho, mandei ir no sindicato e ela foi, mas eles ‘demorô’ a ajudar ela pediu um monte de documento”. Como conquista sindical, podemos destacar o piso salarial. Dado a grande variação dos salários pagos em diferentes safras, foi instituído então um piso salarial de R\$780,00 para a categoria e acertado em Acordo Coletivo o seu pagamento, mesmo quando a produção não for atingida. Esse valor, segundo a liderança sindical, é reajustado de acordo com as variações do salário mínimo, incidindo em uma taxa estabelecida em acordo coletivo sobre esse valor.

⁶ Entrevista com a trabalhadora rural X1 em São Gotardo.

⁷ Entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

Ah! O trabalhador tem queixa... Como que eu vou te explicar? É queixa normal. Eles trabalham numa fazenda [...], eles trabalham numa determinada fazenda é uma cultura, um tipo de safra. Trabalha em outra é outro tipo. E geralmente é por produção, então eles queixam muito da variação do salário, sabe?⁸ (Rose, presidente do STR).

Questiona-se se o pagamento de salários por produção não é uma forma de flexibilização do trabalho com *status* legal, sendo que tal medida obriga o trabalhador a intensificar o ritmo de trabalho para aumentar o seu salário, há também uma motivação para trabalhar horas a mais. Constitui uma modalidade de precarização visto que o esforço para obter melhor produtividade pode levar o trabalhador à exaustão, é a melhor maneira de se explorar o excedente do trabalhador.

6 – O CONTRATO DE SAFRA E A MIGRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO MUNICÍPIO

O Contrato de Safra se configura como um contrato por prazo determinado, geralmente curto prazo, tem uma duração fixa dependendo da safra que esteja em questão (batata pode durar seis meses, alho pode durar quatro meses, cenoura pode durar cinco meses). Este tipo de contrato é composto pela maioria dos direitos relativos a um contrato por tempo indeterminado dentre eles carteira assinada, décimo terceiro salário, férias, um terço de férias. A diferença do contrato de safra para um contrato por tempo indeterminado é que no contrato de safra o trabalhador tem direito a uma indenização referente ao período de quebra de contrato. Esse valor corresponde ao salário que seria recebido em metade do tempo ainda em vigência no contrato, já o trabalhador assalariado por tempo indeterminado tem direito à multa do fundo de garantia, ao aviso prévio e também ao seguro desemprego. Direitos esses que o safrista não possui. Exatamente por se tratar de um contrato de curto prazo de trabalho tais características permitem integrar na categoria de trabalho flexível ou precário o trabalho do safrista. A economia empregada pela classe patronal em relação ao contrato por tempo indeterminado apresenta-se como estratégia flexível própria ao capitalismo globalizado, adaptável

⁸ Entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

ao agronegócio. Destaca-se que o trabalhador safrista recebe por produtividade, trabalhando muitas horas diárias para fazer um salário maior.

Segundo a representação sindical que cuida dos contratos de safra, a necessidade de mão de obra por contrato de safra é tão grande que os próprios empregadores fretam ônibus e pagam todas as despesas de viagem de trabalhadores de outras regiões e acabam conseguindo uma força de trabalho mais barata que a da região. Essas pessoas são das mais variadas regiões de todo o Brasil, entre outros estados podemos identificar Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Maranhão e até mesmo de outras regiões de Minas Gerais.

Os empregadores são tão interessados na mão de obra mais barata, e assim, nem sempre só na mão de obra mais barata não. Os empregadores mandam os motoristas deles saírem daqui e irem de ônibus lá nos estados deles, paga o frete pra eles, não cobra deles. Porque eles precisam tanto da mão de obra que traz eles sem pagar nada⁹.

Normalmente essa mão de obra chega ao município contando com o auxílio do STR, segundo a liderança independente de filiação porque o sindicato não condiciona o atendimento, embora a maioria dos trabalhadores seja filiada. Esses trabalhadores ganham por produção e geralmente produzem muito, conseguem obter salários até superiores a R\$ 2.000,00.

Embora alguns ainda tenham condições de vida (moradia, saneamento básico, ensino) precárias, existem empregadores no município que fornecem alojamento, refeição, entre outros benefícios, no entanto são raros segundo os trabalhadores. Muitos deles trocam suas terras natais e passam a residir no município, pensam em conquistar bens antes de voltar para suas terras, ou mesmo em buscar os familiares para residirem na cidade também. No entanto existem aqueles que ficam o período de safra (seis a oito meses), fazem um “pezinho de meia” e voltam para suas terras, porém, certos de que irão voltar para a próxima safra. Resultado: passam mais tempo fora de casa do que em casa.

Muitas vezes a situação de vida em suas terras natais é precária, falta comida, falta água, falta dinheiro. Sendo assim, eles migram com a intenção de conseguir dinheiro suficiente para investirem em suas terras. No entanto, o fato de

⁹ Entrevista com a responsável pelo contrato de safra no Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

passarem mais tempo residindo fora de casa leva essas pessoas a construírem um lar, fazendo com que deixem sua terra natal.

Existem alguns fatores de precarização que incidem no trabalho do campo de forma mais proeminente que em outros tipos de trabalho. Podemos adotar como exemplo as doenças do trabalho como problemas de coluna e tendinites, que são as mais comuns dentro da categoria. Embora exista o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), às vezes os mesmo não protegem totalmente o trabalhador que pode estar sujeito a uma lesão, ou são percebidos como empecilhos ao trabalho pelo próprio agricultor.

7 – FORÇA DE TRABALHO: A PESQUISA

A representante sindical, responsável pelo contrato de safra afirma que:

“O contrato de safra pode durar quatro meses, cinco meses...ele não tem duração fixa. Porque por exemplo: uma safra de batata, ela pode durar seis, sete meses. A do alho pode durar quatro meses. A da cenoura pode durar cinco meses. Então assim, o contrato de safra é um contrato com prazo determinado¹⁰.

Como vimos anteriormente, o trabalho agrícola é tido como uma mercadoria especial dentro do mercado de trabalho. Assim sendo, o presente estudo envolve doze pessoas, todas elas trabalhadoras rurais que já se submeteram ao contrato de safra e que, impreterivelmente tenham origem fora dos limites de São Gotardo. A Tabela 3 mostra a origem de cada trabalhador pesquisado.

| ESTADO | CIDADE | Nº DE TRABALHADORES |
|--------------|------------------|---------------------|
| Bahia | Caetité | 1 |
| Bahia | Irecê | 2 |
| Minas Gerais | Pirapora | 3 |
| Maranhão | Pedreiras | 5 |
| Maranhão | São Luís Gonzaga | 1 |

Tabela 3 – Origem dos trabalhadores pesquisados. Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁰ Entrevista com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gotardo.

Para esses trabalhadores as condições de trabalho em seus municípios de origem não são as melhores possíveis: “Se morasse em Pedreiras, ‘tavo passanu’ fome e minha família ‘tamém’, porque num tem trabalho e sem dinheiro não tem como comprar o de ‘cumê’¹¹”. Segundo os entrevistados não existem vagas de trabalho suficientes e quando há, o trabalho é exercido em condições sub-humanas e com salários ínfimos. “Já ‘chegueiio’ a catar papelão um dia ‘intero’ pra vender por cinco ou três ‘centavo’ cada quilo. Perdi foi tempo, se num catasse muito nem dava pra compra bala ‘pus menino’¹²”. Sendo assim se veem obrigados a se submeterem ao trabalho por safra, onde encontram oportunidade de ganhar dinheiro sem que sejam necessários grandes qualificações técnicas. Estão em uma mesma faixa etária, variando de 30 a 57 anos de idade, segundo os quais são anos bem vividos e com muita experiência de vida adquirida, apesar das dificuldades cotidianas.

Outro ponto a se evidenciar são os trabalhos a que se submetiam dentre os quais se destacam a coleta seletiva do lixo urbano, reciclagem (catador), capinação de lotes particulares e também alguns serviços domésticos como jardinagem e diaristas. A maior parte das entrevistadas do sexo feminino afirmou não ter nenhuma experiência profissional anterior, apenas cuidavam de suas casas, filhos e irmãos mais novos enquanto pessoas da família (pais e irmão mais velhos) trabalhavam pra sustentar a casa: “Tinha que cuidar dos meu quatro irmão pro painho poder roçar os ‘lote’ o dia todo e mainha lavar a roupa que pegava pra lavar, fazia isso desde os nove ‘ano’¹³”. Diante disso percebe-se uma defasagem do processo seletivo a que esses trabalhadores se submetem, visto que não possuem um treinamento adequado para as funções que estarão exercendo em cada safra.

Nenhuma das pessoas entrevistadas possui o ensino fundamental completo, alguns alegam falta de condições financeiras para o estudo e alguns simplesmente tiveram que abdicar de sua formação para poder trabalhar, “ou ‘nóis’ compra ‘cardeno’ ou um quilo de farinha no Maranhão ¹⁴”. Dos entrevistados, todos os homens são casados e com média de três filhos cada um, todos vivendo uma

¹¹ Entrevista com o trabalhador rural X3 em São Gotardo.

¹² Entrevista com o trabalhador rural X4 em São Gotardo.

¹³ Entrevista com a trabalhadora rural X5 em São Gotardo.

¹⁴ Entrevista com a trabalhadora rural X1 em São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

relação estável no município. Já as mulheres, nem todas são casadas (solteiras ou divorciadas) e possuem pelo menos dois filhos cada uma sendo que em alguns casos os pais das crianças não assumiram seus filhos e sequer deram qualquer tipo de auxílio. A falta de escolaridade os deixa vulneráveis diante do mercado, e com isso acabam se submetendo a fatores como cargas horárias abusivas por falta de conhecimento específico dos próprios direitos trabalhistas.

O recrutamento ocorre normalmente através de divulgação pelos próprios trabalhadores, onde um amigo convida o outro pra se mudar alegando melhores condições de vida e de trabalho. Não deixando de fora também àqueles que foram recrutados por “gatos”, que é como são conhecidos os recrutadores responsáveis por turmas de migrantes. Apenas um desses trabalhadores veio mais de uma vez, os outros vieram pela primeira vez e fixaram residência no município. O que os trouxeram foi a oportunidade de ganhar mais e viver melhor que em suas regiões de origem: “Achava que ia ganhar mais, ou ‘trabaiá’ menos. ‘Trabaio’ mais, ganho mais, só que num tenho tempo pra mais nada. Fico muito cansado nas folga e nem tenho tempo de ir num forrozim nem nada, vou é descansar¹⁵”. A carga horária demonstrase exaustiva devido à natureza do trabalho e aliado à remuneração por produção fazem com que os trabalhadores por vezes excedam os próprios limites físicos em busca de uma remuneração um pouco melhor.

Possuem, ambos, carga horária de quarenta e quatro horas semanais com direito a horas extras, no entanto, geralmente são utilizados por uma carga horária mais prolongada e as horas extras são pagas em consequência desse trabalho. “Horas são 44 horas semanais e, assim, eles não podem ultrapassar quarenta e quatro horas semanais. Se ultrapassar paga hora extra¹⁶”. Possuem registro nas carteiras com todos os direitos garantidos (décimo terceiro salário, férias, um terço de férias, ambos proporcionais ao tempo trabalhado), porém reivindicam muito o direito ao seguro desemprego que não é pago nos contratos de safra. “Queria mesmo era ter seguro desemprego, vou lá e cato alho, fico ‘morrenu’ de dor nas mão e nem posso ficar no seguro¹⁷”. Segundo a responsável pelo

¹⁵ Entrevista com o trabalhador rural X4 em São Gotardo.

¹⁶ Entrevista com responsável pelo contrato de safra no Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Gotardo.

¹⁷ Entrevista com a trabalhadora rural X6 em São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

contrato de safra junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais isso acontece devido à diferenciação contratual a que esses trabalhadores se submetem, sendo que:

O que diferencia um do outro é porque no contrato de safra o trabalhador não tem direito à multa do fundo de garantia e não tem direito ao seguro desemprego. A diferença é essa. Se ele trabalhar seis meses no contrato de safra, ele não tem seguro desemprego e por prazo indeterminado ele tem. Ele tem a multa do fundo de garantia, ele tem seguro desemprego. Quando é indeterminado tem aviso prévio. No contrato de safra não existe aviso prévio. A diferença é essa, porque na safra é uma indenização de quebra de contrato. O indeterminado quando rescinde é o aviso prévio. A única diferença é a do aviso ou fundo de garantia que tem a multa rescisória e indeterminado o seguro desemprego e a safra não tem (Patrícia)¹⁸.

Os trabalhadores envolvidos na pesquisa alegam que nunca sofreram nenhum tipo de acidente de trabalho grave e sequer presenciaram algum, mas já sofrem com algumas doenças do trabalho, em geral tendinites e dizem também haver casos entre outros companheiros de trabalho. Ainda assim, em muitas ocasiões abriram mão da utilização dos EPI's disponibilizados em função de obter maior habilidade de manuseio das lavouras sem os mesmos: “as luva ‘atrapaia’ pra mexer no café e no alho, não gosto de usar no café porque cato mais sem elas¹⁹”. Mais uma vez a busca por um adicional financeiro acaba colocando em risco a integridade física e funcional dessas pessoas. Praticamente todos já recorreram ao sindicato por causas trabalhistas ou mesmo para o recebimento das horas *in itinere*. Alguns julgam indispensável a ajuda sindical até mesmo pelo desconhecimento de alguns de seus direitos: “recebo essas horas [*in itinere*] graças ao sindicato e aquela moça de lá²⁰”.

Dentre os entrevistados alguns já possuem casa própria, outros estão pleiteando-as no programa do governo “Minha Casa, Minha Vida” junto à Caixa Econômica Federal. As pretensões são basicamente as mesmas: conseguir a casa própria e poder dar melhores condições de vida a alguns parentes que ficaram pra traz, em sua grande maioria pais e filhos: “já busquei minha irmã e meu cunhado,

¹⁸ Entrevista com a responsável pelo contrato de safra no Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Gotardo.

¹⁹ Entrevista com o trabalhador rural X7 em São Gotardo.

²⁰ Entrevista com a trabalhadora rural X6 em São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

mas aí ele fez um menino nela e foi embora ‘traveis’, deixou ela sozinha aqui só comigo e com minha mãe que veio ‘antes de que nós’²¹”.

A preferência por trabalhar no café é nítida, quando se consegue uma boa produção o retorno é bem maior, “tem nada melhor que o café não, é onde eu mais ganho dinheiro. Mas o serviço da cenoura também num é muito ruim não²²”. Ao contrário da lavoura do alho em época de colheita, que é um trabalho mais dificultado e se mostra como o principal fato gerador de doenças do trabalho como problemas de coluna e tendinites, “nóis fica muito tempo abaixado ou ‘cortanu’ alho aí as dor vem e a gente ‘fazemos’ produção menor²³”. Fica nítido que o trabalho é intenso e muito diversificado, visto que os mesmos desempenham uma atividade diferente a cada tipo de safra a que se submetem. Ainda assim estão satisfeitos com a remuneração, ao passo que conseguem seu próprio sustento e ainda ajudam outros parentes, além de não trabalharem durante o ano inteiro. “Eu gosto da safra porque num tem o ano ‘intero’, aí eu guardo um dinheiro e fico mais folgado um ou até dois mês²⁴”. No entanto a definição de satisfação com o salário é vaga, uma vez que a maioria dos trabalhadores não sabe identificar o valor de sua mão de obra e nem mesmo mensurar a dificuldade do trabalho exercido. Essa afirmação ganha maior veracidade no discurso do trabalhador Valdisnei em entrevista: “Quando ‘a gente vamos’ procurar trabalho em outros ‘lugar’ eles ‘pede’ curso e estudo que eu não tenho. Aí eu continuo onde ninguém exige nada de mim” e finaliza afirmando que o trabalho registrado em contrato por tempo indeterminado é melhor, “mas como num tem jeito, a safra ‘dá pro gasto””.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber então que a precariedade surge como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo e da forma como se produz nesse sistema. Desde o término do feudalismo, onde, hipoteticamente, os trabalhadores (até então servos) ganharam a liberdade de escolher onde trabalhar, esse sistema

²¹ Entrevista com a trabalhadora rural X1 em São Gotardo.

²² Entrevista com a trabalhadora rural X2 em São Gotardo.

²³ Entrevista com a trabalhadora rural X1 em São Gotardo.

²⁴ Entrevista com o trabalhador rural X8 em São Gotardo.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

econômico vem se beneficiando mais dessa “novidade” que os próprios trabalhadores. O capitalismo necessita da mobilidade dos homens e mulheres, tanto no trabalho do campo quanto em muitas outras modalidades com o propósito de produzir lucro para os grandes proprietários.

Esta pesquisa procurou mostrar apenas um esboço de como a mão de obra migrante trabalha sob contrato de safra no município de São Gotardo. Verificou-se que, mesmo com o passar do tempo, a vida desses trabalhadores migrantes não é muito diferente da dos camponeses de outrora, visto que muitas vezes se sujeitam a condições precárias de trabalho. Tudo isso resulta das modificações no meio rural brasileiro, principalmente através das modernizações e da intensificação das relações capitalistas do setor.

A modernização e a tecnologia não desenvolvem os seres humanos em geral, mas sim àqueles que detêm o capital e os meios de produção. Percebe-se que no Brasil, a partir da industrialização desencadeada no século XX, houve uma reprodução de uma massa populacional que não se adaptou à vida urbana. Sendo assim, seu objetivo principal tornou-se a mobilidade em busca de serviços, principalmente àquelas pessoas diretamente ligadas ao campo. Com isso, servem como mão de obra barata para as atividades rurais, principalmente àqueles que ainda necessitam do trabalho manual e braçal. Ainda assim, as habilidades manuais das quais têm domínio ficam aparentemente prejudicadas, visto que as máquinas produzem mais com menos esforço. Os equipamentos e maquinários utilizados afetam diretamente a produção individual devido à falta de conhecimento técnico específico de manuseio. O risco da não utilização dos mesmos é inerente à capacidade produtiva de cada trabalhador, que em diversas oportunidades infringem os regulamentos em busca de bônus produtivos.

Mesmo essa camada da população não vivendo no meio rural, trabalhando na sua terra e tirando o seu próprio sustento dela, com a modernização do trabalho no campo os mesmos passaram a contar única e exclusivamente com seus corpos como “ferramenta de trabalho”. Logo, tornaram-se assalariados rurais pelo Brasil, vivendo como os nômades da antiguidade que estavam em constante movimento buscando um pouco de comida e água fresca.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

O Estado também pouco fez para modificar esse perfil, existe uma carência muito grande no que diz respeito à qualificação dessa categoria em território nacional. A pesquisa, embora restrita ao município em questão, demonstra a dificuldade de cada trabalhador rural para se adaptar a essa precariedade, para estabelecer moradia e, principalmente, para formar um lar. Onde muitas vezes acabam sendo privados de alguns de seus direitos sem nem tomar conhecimento da existência dos mesmos, como no caso do seguro desemprego quando se submetem a contratos de safra. Esses trabalhadores fazem então da força de trabalho uma forma de se adaptar a toda e qualquer atividade que não exija melhores qualificações, tornando-se flexíveis no processo produtivo e sobrecarregados de tarefas em busca do próprio sustento.

Dificuldade à parte, a força de trabalho migrante é formada por pessoas. Pessoas que se submetem a culturas diferentes, à própria marginalização no processo de produção e muitas vezes se submetem também a uma exploração abusiva de sua força de trabalho. Atualmente a categoria rural está mais assistida pelas forças sindicais, podendo contar com direitos a que qualquer outro trabalhador já conta há anos, apresentarem suas carteiras registradas e contribuírem para uma das áreas que têm maior influência nos índices de riqueza do Brasil: o agronegócio. No entanto, a falta de escolaridade os torna vulneráveis perante o mercado de trabalho. Desse modo, a problemática acerca dos trabalhadores rurais não se esgota numa simples pesquisa, é necessário um estudo mais aprofundado e um acompanhamento contínuo.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Editorial, Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócio*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/39500879/Fundamentos-de-Agronegocios>.

Acesso em: 14/04/2012.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HICITEC, 1994.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. São Paulo: Vozes: 1998.

FERNANDES, Bernardo M. *Agronegócio e Reforma Agrária*. Artigo Acadêmico – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, [20-?]. Disponível em: www2.cft.unesp.br/.../AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf

GOMES, Fábio G. *Mobilidade do Trabalho e Controle Social: Trabalho e Organizações na Era Neoliberal*. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.17, n.32, p.33-49, fev. 2009.

KAGEYAMA, Angela. *Mudanças no Trabalho Rural no Brasil. 1992-2002*. São Paulo: Agricultura São Paulo, v.51, n.2, p. 71-84, jul./dez. 2004.

MENDONÇA, Marcelo R.; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *A “Modernização” da Agricultura e os impactos sobre o trabalho*. Revista Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Barcelona, v.6, n.119, 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/c4-mdoju.html>.

MENDONÇA, Marcelo R.; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *A Modernização da Agricultura nas Áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os Impactos Sobre o Trabalho*. Investigaciones Geográficas, diciembre, 2002, n.055. Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México. P97-121.

MONDARDO, Marcos L. *A “Territorialização” do Agronegócio Globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação e contradições sócio-territoriais*. Revista NERA. Ano 13, n.17. Julho/Dezembro, 2010.

OCDE. *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2011*, Paris: OCDE Publishing, 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/101787/>. Acesso em 24/06/2013.

PESSOA, José. *São Gotardo: Sua Gente, Sua Evolução*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1999.

RIBEIRO, Vitor H. *Mobilidade Forçada e Exploração da Força de Trabalho: Um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Nordeste Paranaense*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2011.

| | | |
|---|--|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |

RIBEIRO, Vitor H.; ROCHA, Márcio M. Exploração e Alienação da Força de Trabalho: os trabalhadores da cana de açúcar mobilizados pelas unidades de produção de Cidade Gaúcha e Rondon-PR. *Revista Pegada*, v.12, n.1, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/915/945>.

ROCHA, Márcio M. *Mobilidade Forçada – a Economia Política dos Deslocamentos Humanos*. Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. *Acta Scientiarum* 21 (1): 153-161, 1999. ISSN 1415-6814.

SANTOS, Mauro A. dos; BARBIERI, Alisson F.; CARVALHO, José A. M. de; MACHADO, Carla J. *O cerrado Brasileiro: notas para estudo*. Belo horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20387.pdf>. Acesso em: 14/04/2013.

SILVA, José G. da. O Novo Rural Brasileiro. Belo Horizonte: *Revista Nova Economia*.7(1): 43-81, maio, 1997.

VEIGA, José E. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*, 2007.

VERDI, Adriana R.; AOUN, Samira; TORQUATO, Sérgio A. Globalização de Agronegócio Brasileiro: estratégias do grupo COSAN. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.42, n.1, janeiro/fevereiro, 2012.

| | | |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | Número VIII Jul-dez 2013 | Trabalho 03 Páginas 44-65 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | periodicoscesg@gmail.com | |